

A liberdade no “fazer ciência” em Geografia

La libertad en lo “hacer ciência” en Geografia

Freedom in Geography “science-making”

Silvio Simione da Silva

Professor Assistente-Mestre do Depto. de Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente.
Correio eletrônico: ssimione@bol.com.br ou ssimione@terra.com.br

Resumo

A liberdade, mais que um sentimento é um anseio social que permeia a vida da humanidade vivendo em sociedade. Como a sociedade se processa por relações de conflitos, ela é, também, produto de choque de interesses no seio da realidade de classes sociais que a almeja como ideal de uma felicidade material que, às vezes, é, quando muito, parcial. Todavia, a liberdade social ganha sentido nas possibilidades objetivas em que é gerada no âmbito da totalidade que encerra esta realidade. Na prática do conhecimento, a liberdade tem um papel fundamental em seu exercício no trabalho científico: este pode ser feito com vistas a promovê-la ou de impedir sua conquista. Nas ciências humanas/sociais, inclusive na Geografia, estas questões passam por um repensar no papel do estudioso ao definir suas concepções metodológicas, políticas e científicas no seu “fazer ciência”. São estas questões que trataremos neste artigo.

Palavras-chave

Liberdade – Espaço-sociedade – Metodologia – Pesquisa – Práxis social.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 213-228	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Resumen

La libertad, más que um sentimiento es um anhelo social que penetra la vida de la humanidad viviendo en sociedad. Como la sociedad se procesa por relaciones de conflictos, ella es, también, producto de choque de intereses, en el seno de la realidad de clases sociales que ellas alberga como ideal de una felicidad material que, as veces, es, como mucho, parcial. Mas aún, la libertad social gana sentido en las posibilidades objetivas en que es generado, en el ámbito de la totalidad que encierra esta realidad. En la práctica del conocimiento, la libertad tiene un papel fundamental en su ejercicio en el trabajo científico: éste puede ser realizado com el objetivo promoverla o de impedir su conquista. En las ciencias humanas/sociales, incluso en la geografía, estas reflexiones pasan por un repensar el papel del estudioso al definir sus concepciones metodológicas, políticas, científicas en su “hacer ciencias”. Son estas cuestiones que trataremos en este artículo.

Palabras Clave

Libertad –Espacio-sociedad – Metodología – Pesquisa – Práxis social.

Abstract

Freedom, more than a feeling, is a social yearning that permeates life of human beings living in a society. Because society is formed through relations of conflicts, it is also a product of shock of interests within the reality of social classes longing for it as an ideal of material happiness which is sometimes, if ever, partial. However, social freedom becomes meaningful in the objective possibilities that generate it, in the sense of the totality of this reality. In the practice of knowledge, freedom plays a fundamental role in the scientific work – this can be done with a view to fostering it or preventing its conquer. In human/social sciences, Geography included, these questions aim at rethinking the role of the scientist when defining his methodological, political and scientific conceptions in his “science-making”. These are the questions to be dealt with in this article.

Keywords

Freedom – Space-society – Methodology – Research – Social praxis.

Uma visão introdutória

“Eis o meu começo. Eu fugia, forças externas modelaram minha fuga e me criaram. Através de uma concepção caduca da cultura, transparecia a religião que me serviu de modelo: infantil, nada é mais próximo de uma criança. Ensinavam-me História Sagrada, Evangelho, Catecismo, sem me dar os meios de crer: o resultado foi uma desordem que se tornou minha ordem particular” (Sartre, 1967, p. 155-156).

Nosso objetivo neste artigo é proceder a reflexões críticas sobre a relação entre o sentido da liberdade, tanto no contexto de nossa prática científica, como em nosso agir enquanto cidadãos no seio da realidade social na qual vivemos. Assim, apresentamos nossas considerações partindo de uma reflexão filosófica do sentido da liberdade, vendo-a na dimensão conflituosa de sua edificação; depois teceremos considerações sobre a liberdade no âmbito espaço político; num terceiro ponto passaremos para uma análise do sentido de fazer ciência com liberdade e de dela um instrumento edificador de tal condição para a sociedade, aí defendemos uma concepção metodológica para as ciências humanas/sociais; e, por final, concluímos com considerações sobre liberdade e Geografia. Portanto, mais que uma reflexão conceitual, aqui estamos buscando levar contribuições que permita-nos rever nossa prática científica, nossa concepção de ciência e de método, nossa visão da sociedade e, sobretudo, que pensemos a edificação de uma práxis social para fazermos uma Geografia para a sociedade e não contra ela.

O caminho para a liberdade: conflitos e conquistas

O nascimento é um dado factual envolvido por contradições na existência humana. Se nascemos para ser livres, ao nascer já somos tão dependentes, que nossa sobrevivência depende desde o princípio das condições em que formos recebidos por outrem que nos guiará para os primeiros passos em busca de uma autonomia. O nascer significa a primeira luta pela liberdade e é neste ato que começamos a construí-la em nossa vida. Portanto, o homem não nasce livre, mas nasce para ser livre. O primeiro sentido da liberdade está, certamente, no gesto que se tem ao irromper do ventre materno e respirar o ar da atmosfera terrestre no âmbito social em que o indivíduo é recebido. Ao penetrar o ar em suas entranhas e se inserir no contexto social que o espera, o recém-chegado é colocado diante de uma nova realidade que o desafia a construir novas relações que lhe darão sentido ao seu viver. Esta passagem é dolorosa, mas é, contraditoriamente, o símbolo da primeira vitória do homem na busca da liberdade e, aí, estará a mais significativa demonstração de que ele não a buscará sozinho.

Assim, a liberdade vai se constituindo num problema humano/social como uma condição a ser conquistada. O homem é colocado ante a condição material de escolher seus caminhos na vida, tendo por um lado os ditames que traz introspecto no seu psíquico e por outro as forças exógenas que busca se impor sobre ele. Entre ser livre e conquistar esta condição, o homem supera fatalidades e reconstrói o sentido da vida, numa inter-relação de sua consciência, de seu “eu” com a realidade vivencial que dá sentido ao “nós”. Há conflitos gerados, mas este é o caminho para a liberdade, ou seja, de buscarmos algo que nunca é total, mas que é o objeto de nossa constante luta e causa de nossa felicidade.

Sendo a busca pela liberdade um desafio que se inicia no princípio existencial do ser humano, podemos, então, dizer que sua construção não é resultado de um determinismo qualquer, mas é produto de inter-relações reais, de sua condição objetiva e subjetiva que se materializa no cotidiano social. Portanto, sendo esta a construção da liberdade, pode-se dizer que ela não resulta de uma ação individual, mas sim coletiva. Aqui reside outra dimensão conflituosa da liberdade: o homem individualmente é livre, desde que sua liberdade não interfira na liberdade de outros (numa concepção liberal de sociedade). Para assegurar a liberdade a todos, surgem as condições normativas que possibilitam-nos entender que a busca da liberdade não é um objetivo pessoal, mas social.

As dimensões da liberdade são geradas na vida social, embora se processe também no ímpeto do indivíduo. Todavia, essa liberdade social está internalizada na condição humana, manifestada como um estado concreto da sociedade e não exclusivo do indivíduo. Ressalta-se com isto, que não pretendemos deixar uma visão unilateral sobre a liberdade, mas que esta se processa num imaginário social¹ que se materializa no cotidiano da sociedade, sujeita a múltiplas influências de seu modo produtivo socioeconômico, mas também de seus preceitos e valores socioculturais.

Quando a liberdade é possível

A liberdade não é um estado que caracteriza a natureza humana enquanto tal. Ela é o resultado de uma libertação, de uma conquista, e “não de qualquer coisa que é dada, mas uma obra que se deve realizar” (Huisman e Vergez, 1964, p. 322) ao produzirmos nossa realidade. Ao agirmos em nossa realidade, agimos como parte de nossa liberdade no âmbito da totalidade. Nossas decisões

1. Conforme Castoriadis (1982, p.13) o imaginário social não é imagem de..., é criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens que, somente a partir das quais é possível falar-se de ‘alguma’ coisa. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos.

estão interadas nos valores políticos, econômicos, culturais que indiscutivelmente fazem parte do mundo que nos cerca. O exercício da liberdade é o fazer do possível, mas não como uma casualidade, o “possível” é aquilo criado por nossa ação circunscrito pelas possibilidades reais que se abrem em nossa realidade (Chauí, 1995).

Assim,

“nosso mundo, nossa vida, nossa situação, forma um conjunto de condições e circunstâncias que não foram escolhidas por nós em cujo interior nos movemos. No entanto, este campo é temporal: teve um passado, tem um presente e terá um futuro, cujos vetores ou direções já podem ser percebidas ou mesmo adivinhadas como possibilidades objetivas. Diante disto poderíamos assumir duas atitudes: ou a ilusão que somos livres para mudá-lo em qualquer direção que desejarmos ou a resignação de que nada podemos fazer” (Chauí, 1995, p. 362).

O sentido da liberdade poderá, então ser apreendido na capacidade que temos de dar novas significâncias às coisas que pareciam fatalmente como situações ultrapassadas, recriando novas realidades frente à dinâmica de se reproduzir socialmente com novas ações. Aí, forças transformadoras respondem ao “necessário” que está na essência dos desafios da sociedade em busca de maior liberdade. Neste contexto, nem sempre aquilo que é almejado individualmente será o “possível” contido nas possibilidades reais que nos são colocadas. Todavia, o “possível” é o que se encontra na essência do necessário e que nossa liberdade toma para fazer-se como satisfação que é almejada. Nossas vontades e desejos são condicionados, mas não por obstáculos a liberdade, e sim pelos meios através dos quais podemos exercê-la (Chauí, 1995).

Podemos dizer que no exercício da liberdade a sociedade, enquanto *locus* do homem social, é regida por situações contraditórias em que escalas temporais e espaciais se manifestam de formas concretas, com relação às possibilidades propostas ou idealizadas na sua realização. As instâncias de normatização submetem pessoas e grupos sociais a partir das relações estabelecidas na dinâmica implementada pelo modo de produção vigente. Nisto, “o necessário” nem sempre emana dos apelos sociais, mas submete-se ao poder que o subordina. As possibilidades reais para o exercício da liberdade estarão concretamente relacionadas à organização dos grupos sociais, manifestando e exigindo o seu “necessário” no conjunto das forças antagônicas que constitui a realidade social. A liberdade social é produto destes conflitos, numa dimensão temporal e, portanto, também espacial, pois se enquanto conceito ou estado de espírito é abstrato, enquanto exercício social se expressa concretamente no tempo e no espaço da sociedade. Nestas dimensões a liberdade se manifesta, como ressaltou Chauí (1995), num diálogo do “possível” com o “realizável” como condição de fazer “ser” aquilo que é visto como “o vir a ser”.

Isto nos conduz a refletir sobre condições das possibilidades objetivas do exercício da liberdade em situações sociais, políticas e econômicas atuais. Antes, porém, queremos apresentar três pontos de vistas de autores que nos introduzirão na reflexão sobre a questão do “ter” e “fazer” a liberdade ante os regimes políticos e socioeconômicos:

Primeiro, a crítica de Huisman e Vergez (1964), sobre a liberdade nos regimes de liberalismo econômico:

“O regime denominado ‘liberalismo econômico’ só garante uma liberdade econômica abstrata. A oferta e a procura aí são livres, o Estado não intervém na fixação dos preços e dos salários, o que traduz concretamente pelo domínio dos que possuem os instrumentos sobre os que só possuem a força de trabalho” (Huisman e Vergez, 1964, p. 324-325).

Segundo, as críticas às desigualdades sociais no Peru na resposta do Monsenhor Luciano Metzinger, quando questionado pelos jornalistas Calvo e Declerq (1994), sobre o processo de reinserção deste país na Comunidade Econômica Financeira Internacional, nos anos 90 do século XX:

“Eu creio que o FMI está jogando conosco [...]. Se pedirmos mais sacrifícios ao povo, a ajuda vai chegar para o cemitério. Os poucos que têm um trabalho recebem saldos que me pergunto: como podem viver ganhando 30 dólares mensais, se isto não alcança nem a quarta parte do valor da cesta básica? E isto vem de muitos anos atrás. Dizem que todos nascemos iguais, porém desgraçadamente há uns que são mais iguais que outros” (Calvo e Declerq, 1994, p. 16).

Esta é uma realidade de muitos países empobrecidos que se dizem “livres”. Que liberdade é possível aí? Será que é aquela de contestação da ordem exercida na luta dos guerrilheiros peruanos, hoje já semi-sufocados pelo poder do Estado? Ou será a da acomodação?

Ademais, Chauí, pode nos ajudar a dar resposta, com um terceiro ponto:

“Se nascemos numa sociedade que nos ensina certos valores morais (justiça, igualdade ...), no entanto impede a concretização deles por que está organizada e estruturada de modo a impedi-los, o reconhecimento da contradição entre o ideal e a realidade é o primeiro momento da liberdade e da vida ética como recusa da violência. O segundo momento é a busca das brechas pelos quais possa passar o possível, isto é, uma outra sociedade que concretize no real aquilo que a nossa propõe no ideal. O terceiro momento é o da nossa decisão de agir e da escolha dos meios para a ação. O último momento da liberdade é a realização da ação para transformar um possível num real, uma possibilidade numa realidade” (Chauí, 1995, p. 365).

Da utopia a dimensão política

Não há liberdade plena. Ninguém é livre o suficiente para dizer que a liberdade é total, embora esta seja uma busca constante do indivíduo e da sociedade. Assim, a liberdade terá sempre um valor relativo que varia no tempo e no espaço. Não se trata de falar de graus ou níveis de liberdades, pois esta não é uma categoria passível a medidas, quantificação ou graduação, seu usufruto submete-se a condicionantes socioeconômicos, político e socioculturais. Portanto, qualquer tentativa de apreensão de sua significância deve ser vista numa dimensão da realidade socioestrutural em que se busca torná-la cognoscível.

Partindo desta reflexão, neste item queremos apresentar alguns pontos que venham elucidar a liberdade como um valor social que a sociedade almeja, mas que defronta condicionantes de dimensões políticas que atuam sobre a vida de cada pessoa, de cada grupo ou de cada classe social. Prado Jr. (1980), em seu trabalho *O que é a liberdade: capitalismo x socialismo* aponta algumas questões que serão básicas para nossa reflexão; todavia, não nos propomos aqui apresentar todas (até porque dentro do contexto histórico que o autor escreveu, fez isto com extrema competência), mas apenas algumas que permitam-nos ver as relações básicas que atuam e, sob certos valores, contribuem ou limitam-nos na construção de uma condição de ser/estar livre, ser/estar liberto.

O ponto fundamental para isto parte das relações que amarram a questão “Estado e indivíduo”, na configuração do espaço social como *locus* para o exercício de busca da liberdade. Esta relação se dá, sobretudo, no Estado burguês em que a liberdade se acha expressa por determinações de um poder estatal a serviço de privilégios de poucos, sobrepostos a maioria. Isto se legitima, uma vez que numa perspectiva da chamada democracia burguesa, esse poder é outorgado por uma maioria, expresso em manifestações das massas populares, sejam por vias eleitorais ou de aclamativa.

Nas sociedades modernas, o Estado Liberal constitui a essência da democracia burguesa. Há uma caracterização da igualdade jurídica de todos as pessoas, em que o Estado se encontra na base dos direitos iguais de todos e todos podem livremente usufruir destes direitos. A liberdade de cada pessoa termina onde começa o direito à liberdade de outra, nisto reside o limite da liberdade. Cada pessoa é livre no estabelecimento e na aceitação de acordo com outros. Teoricamente, o Estado só interfere para assegurar este direito (Prado Jr., 1980).

Nesta sociedade, cada um tem o direito de ter iniciativas próprias. Aí, então, surge a livre determinação e o consentimento de cada pessoa em busca de usufruir o máximo de sua liberdade (*idem*); nisto, resulta, a livre concorrência e o choque das vontades individuais. A competitividade surge, como um mecanismo legítimo de ação social numa sociedade burguesa. Do ponto de vista ideal, todos são livres para terem iniciativas próprias e, portanto, a harmonia reside em deixar que as pessoas no livre exercício de suas ações usufruam condições de igualdade para atuar ativamente na realidade vivida (*idem*). Se a competitividade brota como mecanismo para cada pessoa usufruir o máximo de sua liberdade, estas ações ficam submetidas a um arcabouço de relação que na sociedade resultará nas desigualdades, ou seja, a liberdade ilimitada de uns significa limitações na de outros. Isto é legitimado, por exemplo, nas constituições federais quando se define o princípio da Livre Iniciativa e da Propriedade Privada, como condição juridicamente inalienável no espaço da sociedade. Nesta conjuntura, os mecanismos de busca da liberdade se inserem nas estruturas que regulam a sociedade de mercado e que conforma em sua substância social a legitimação do Estado burguês. Nesta instância, a condição de ser livre ou não submete às determinações oficiais que sustenta o poder político em sua “gerência” sobre a coletividade. Há uma limitação da livre ação de uns e liberação de ação de outros, em que se pode dizer que há uma ressonância dos anseios de grupos “dominantes” aos grupos sociais “dominados”. Aí, essa coerção exercida por grupos políticos hegemônicos sobre os demais, é legitimada por um instrumental ideológico (como a idéia de igualdade) que prepara as pessoas para não verem sua condição conjuntural na sociedade (como as diferenças sociais e econômicas).

Na essência da questão, pode-se dizer que o mercado sendo regulado pela competitividade conduz os indivíduos a serem juridicamente iguais e, só assim poderão negociar entre si, pois somente em condições de igualdade é que haverá negociações entre sujeitos livres. Isto significa que, perante as leis que regulam o mercado, o empregador é igual ao empregado, uma vez que o que se negociam são mercadorias numa relação da compra da força-de-trabalho mediante o pagamento do salário. Assim, no usufruto da liberdade de mercado, a liberdade política fica condicionada ideologicamente, porém vista com naturalidade:

“Uma sociedade livre requer certos valores que, em última instância, se reduzem à manutenção de todas as vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas regras morais são as que levam ao ‘cálculo de vidas’: a propriedade e o contrato” (Hayek, in: Pedex, 2000).

Nisto reside os limites da liberdade numa sociedade liberal:

“O indivíduo é livre de escolher e determinar sua ação. Mas quando procura realizar e tornar efetiva sua escolha verifica que as contingências da vida social determinada pela livre escolha de outros indivíduos mais bem situados que ele, lhe vão afunilando a ilimitada liberdade inicial, e tolhendo sua ação até reduzi-la a uma esfera mínima a que ele se verá inapelavelmente restringido e condenado” (Prado Jr., 1980, p. 59).

Nessa sociedade a liberdade das pessoas está respectivamente relacionada ao poder aquisitivo. Vive-se mais livremente quando se tem maior poderio econômico.

Então, qual a perspectiva de pensarmos a liberdade política numa sociedade de consumo, para além da dimensão relativa que tem? Parece-nos que a possibilidade passa por uma reflexão do sentido que terão nossas ações diante das forças que contraditoriamente nos submetem e possibilitam reações contrárias, o que talvez fosse conveniente chamarmos de **conscientização**. Nisto, a liberdade se confirma como um valor sempre relativo, não existindo plenamente, mas que orienta a existência de cada indivíduo na busca de sua felicidade através de lutas e conquistas num processo infinitamente contínuo.

As alternativas das sociedades que passaram por experiências de uma produção socialista não elevaram a edificação de novas perspectivas a um poder político que apontaria para outras possibilidades objetivas de liberdades. Houve avanço na capacidade de elevar em níveis consideráveis certos padrões materiais da população, de possibilitar acessos a grupos maiores de pessoas ao usufruto bens e serviços que antes dificilmente acessado (como p.e., a educação e a saúde), porém isto não foi acompanhado de avanços no poder das pessoas de livremente se manifestarem, aliás, a liberdade política, muitas vezes foi tolhida na construção de um “projeto político” que submetia a maioria em nome de uma “revolução” que deveria visar, em última instância, a construção da democracia socialista no caminho para uma sociedade justa e igualitária – a utopia comunista. Neste sentido, podemos apontar que, como alternativa o socialismo o experimentado no leste europeu e em outros países do mundo, configurou-se mais como um capitalismo de Estado de que uma alternativa à sociedade de consumo.

O socialismo, entretanto, deve ser visto não como uma alternativa que busca a homogeneização da sociedade, mas como possibilidade da construção de outra realidade social (que está contida como elemento da negação da que está aí), que reconhece as desigualdades e diferenças da natureza humana, mas que atua para transformar aquelas que são criação do regime social que submete a coletividade. Somente neste sentido podemos vê-lo como possibilidade objetiva de maior liberdade à sociedade. Todavia, qualquer alternativa que tiver por base a estrutura herdada do estado burguês impede a revolução e, portanto, um redimensionamento da liberdade política do cidadão; aí residiu o limite da liberdade no socialismo experimentado.

Por final, entendemos que, do ponto de vista da interferência política, é preciso que pensemos a liberdade como uma construção, produto de convivência das diferenças que se projetam na dinâmica da organização de grupos sociais. Aí sua construção será parte de uma ação coletivas de organização das pessoas que partem de suas necessidades em busca de superar as limitações impostas a suas ações na construção do possível. Serão nestas organizações que os grupos sociais mais empobrecidos poderão projetar suas forças políticas contra qualquer poder que tenta submetê-los e almejar outra sociedade em que o caminho para a liberdade será menos oneroso que os já trilhados. Talvez, aí, a construção da liberdade passe por uma outra concepção de exercício de poder, no qual não caiba uma concepção arraigada sob o poder estatal emanado de alguns grupos políticos conduzindo o processo, mas sim numa construção coletiva para além de qualquer proposição de poder que preconiza a submissão de uma classe sobre outra. As organizações coletivas de classes trabalhadoras, as federações e confederações – poderão apontar uma nova “utopia social” na construção de uma nova sociedade, de um novo socialismo.

A produção do conhecimento e o exercício da liberdade

Conhecer significa apreender espiritualmente um objeto, numa condição em que este processo representa uma pluralidade de atos (Hessen, 1987). Portanto, o conhecimento se processa por múltiplas operações que o sujeito faz ao se deparar com o seu universo vivencial e aí, terá a sua

frente questões materiais e imateriais que fazem parte de sua realidade cotidiana e o desafia a conhecer. Então, o conhecimento é uma questão ontológica do ser humano, uma vez que independe se neste universo, nós nos colocamos como intelectual ou como simples trabalhador braçal.

Os desafios da vida é a condição básica para uma constante inquirição do indivíduo frente à natureza que o cerca. Aí residem as buscas do “conhecer”. É nesta dimensão que aparece a questão da liberdade. Podemos dizer, então, que liberdade de pensar é uma qualidade inerente à condição humana. É claro que não se pode negar que há valores socioculturais e até político, que interferem na forma e nas condições do sujeito pensante, entretanto a ação de pensar, de buscar o conhecimento é do próprio indivíduo em primeira instância; só mais amplamente que isto ganha sentido de outras dimensões processuais e coletivas.

No âmbito geral do conhecimento há tipos específicos, como conhecimentos populares, religiosos, filosóficos, técnicos etc. Todavia, aqui o que nos interessa é o conhecimento científico. A ciência começa a se formar numa etapa de desenvolvimento da sociedade em que conhecimentos produzidos por gerações se acumulavam e, com isto, passava a se desenvolver de caráter mais sistemático e metódico. Aí, este conhecimento é resultado do acúmulo do que foi produzido por gerações; o detentor deste tipo de conhecimento, passa a ser detentor de poderes na sociedade, podendo exercer para ela ou sobre ela. Podemos afirmar, assim, que há uma questão fundamental para entender o sentido do conhecimento científico, partindo destas prerrogativas: Como se dá o exercício da atividade científica na sociedade se este é produzido por indivíduos que têm a necessidade de conhecer e agir conforme suas perspectivas de mundo? Como exercer este seu “poder”, sem impedir o ímpeto dos outros sujeitos sociais também de agir? Eis o desafio para pensarmos a nossa prática científica, perante a sociedade que nos proporciona condições para isto!

Diante desta problemática, neste trabalho nos propomos a refletir sobre o sentido da liberdade no processo de produção do conhecimento científico e como estas questões perpassam pela Geografia, enquanto uma ciência social, em que a liberdade como condição para uma ação, processa-se no âmbito do espaço geográfico, que é a categoria, por excelência, das reflexões nesta ciência.

O “fazer ciência” e o exercício da liberdade

Nesta parte do trabalho pretendemos apresentar alguns pontos que, em nossa concepção, “o fazer ciência” se vincula ao exercício da liberdade, não só enquanto uma questão filosófica, mas também como uma questão de prática social. Daí, o propósito de apresentar pontos que nos conduzam a refletir sobre a nossa práxis, em vista de fazer da Geografia um instrumento para a liberdade. Para isto, começaremos por uma reflexão sobre as concepções que dão sustentação à pesquisa nas ciências humanas e sociais, ramo ao qual a Geografia se filia. Todavia, fuge de nossa pretensão esgotar o assunto e, aqui também propomos apenas apresentar alguns pontos que possibilitem reflexões objetivas sobre este paradoxo.

A liberdade, como categoria analítica, é condição essencial para uma ação de cidadania, permeada pela relação sujeito e objeto na pesquisa. Portanto, o pressuposto básico é que no “fazer ciência” de cada pesquisador, seu trabalho deve-se constituir numa práxis edificadora da liberdade para todos, ou melhor, para a sociedade.

Dois tipos conhecimentos

Podemos dizer que o ponto de partida para o início desta reflexão parte do sentido do conhecimento, isto é, de compreender como este é exercido por aqueles que o produz e por aqueles que dele se apropria. A resposta surge a partir da reflexão sobre o que é o conhecimento e como cada

um de nós se vincula a ele. Daí, forma-se a base para a vinculação do pesquisador com a própria produção humana/social do homem sobre a terra, da qual ele é parte; portanto, parte também de sua própria pesquisa.

Todavia, partimos do pressuposto de que produzir conhecimento e refletir sobre a realidade não é tarefa exclusiva do intelectual (Gramsci, 1987), mas é uma das atividades inerentes ao ser humano e é expressão de sua liberdade sobre a realidade existencial (ainda que relativa). O homem é, por natureza, um filósofo da experiência vivida, pois todos produzem conhecimento. Nisto concordamos com Castoriadis (1982, p. 178), quando afirma que o homem é “um animal inconscientemente filosófico, que fez a si mesmo as perguntas da filosofia nos fatos, muito antes que a filosofia existisse como reflexão explícita, e é um animal poético que forneceu no imaginário, respostas a essas perguntas”.

Todavia, o conhecimento surge sobre bases da prática humana/social e, em especial, sobre a influência material. Na busca pela sobrevivência desde os primórdios, os homens na sua ação ativa e interativa com o meio ambiente, atuaram num sentido dinâmico e transformador. Ao transformar o meio ambiente, autotransformam-se e submetem-no ao seu interesse e por meio do conhecimento adquirido em suas experiências que se reproduziram cumulativamente por gerações (claro que nisto não se pode negar as forças superestruturais que os submetem). Os sujeitos, indagam, buscam respostas, pensam. É neste contexto da reprodução humana/social que, além do conhecimento filosófico, fluem também os conhecimentos matemáticos, históricos, social, mecânico e até o geográfico, desenvolvendo-se na dinâmica do crescimento da capacidade cognitiva do homem. Esse processo espiral, em que o desenvolvimento da capacidade humana impulsiona a produção material e esta, por sua vez, estimula a formação de novas capacidades e habilidades, serão condicionantes sociais ao crescimento do homem relacionando-o à história do desenvolvimento humano (Rodríguez, Barrios e Fuentes, 1984).

Entende-se que o conhecimento se dá num processo material de coexistência do sujeito com o objeto numa determinada realidade. A condição de cognoscibilidade surge de uma relação em que “o sujeito cognoscente envolvido com o mundo cognoscível” (Barros e Lehfeld, 1991, p. 9) e edificado pela experiência humana/social, é o elemento revelador.

O conhecimento poderá ser de caráter empírico-espontâneo ou científico (Rodríguez, Barrios e Fuentes, 1984).

O caráter empírico-espontâneo do conhecimento surge da prática e se transforma historicamente junto às atividades de trabalhos humanos/sociais. Seu conteúdo emerge da própria necessidade prática de certos conhecimentos sobre o objeto que o homem recebe para agir em seu trabalho cotidiano. Assim, todos têm capacidade de entrar em contato e dominar aquilo que irá ter como base de seu trabalho. Trata-se de uma atividade cognoscitiva do dia-a-dia que não necessita de meios especiais de conhecimento (idem).

O desenvolvimento do conhecimento espontâneo sempre se deu em meio ao desenvolvimento das forças produtivas com aumento gradual do conhecimento das atividades práticas do homem e dos desafios para dominar a natureza. Foi nesse processo que, ao longo da história da humanidade, deu-se à separação entre o trabalho intelectual e o manual. O trabalho intelectual, enquanto ação do conhecimento científico, passa a atuar refletindo sobre as condições reais em que se processa a produção e no âmbito da formação social, ou seja, atua no controle da produção, distribuição e circulação de bens, na criação e fiscalização do aparato estatal e no desenvolvimento técnico e científico (idem). Este conhecimento firma-se com um caráter metódico, reflexivo e crítico perante a realidade.

Assim, conhecimento científico se distingue do empírico-espontâneo por seu caráter sistemático e orientado a um objetivo específico (que pode ser tanto o objeto com que temos relação

direta ou aquele que aparece no desenvolvimento de cada ramo científico). Este conhecimento não é transmitido de forma espontânea, por costumes ou tradições, mas parte de um sistema de conceitos e categorias explicativas da realidade que transmite e socializa os resultados obtidos através de estudos sistemáticos.

Não queremos negar que há outras formas de conhecimentos, mas nosso propósito aqui é analisar o conhecimento enquanto “categoria” no âmbito de sua abrangência socioeconômica e espacial que se processa objetivamente na realidade social e científica. Portanto, não pretendemos adentrar em outras concepções que concebem o conhecimento mais subjetivamente, como o conhecimento religioso, por exemplo, embora seja inegável sua existência.

Especificidades do conhecimento científico

O conhecimento científico surge a partir de seu gradual desligamento do filosófico. Foi a busca inquietante por explicações da realidade que o diversificou em ramos e áreas científicas específicas (ciências humanas, exatas, da saúde, da natureza, etc.). Todavia, sem negar este aspecto transdisciplinar do conhecimento científico, nossos apontamentos aqui estão mais voltados para os ramos científicos cujos objetivos direcionam-se às investigações dos processos humanos e sociais em sua materialização espacial e temporal.

Em busca de caracterizar esses ramos humanos e sociais do conhecimento científico, Demo (1985) ressalta seis momentos que o caracterizam: a) seu “objeto é histórico”, e isto significa que é caracterizado pela situação de “estar” (situação passageira) e não de “ser” (condição permanente); b) é um “fenômeno particular da consciência histórica”, ou seja, fazemos história sim, mas em condições específicas que, em geral, são mais fortes que nossas idéias; c) a “identidade entre o sujeito e o objeto estabelece uma relação em que, quando estudamos a realidade social, estudamos a nós mesmos”; d) as realidades sociais se manifestam mais em formas qualitativas do que quantitativas; e) o “caráter ideológico” está contido no objeto, isto quer dizer que a cientificidade é resguardada quando estes traços prevalecem sobre os ideológicos, sendo que todas as técnicas possíveis de mensuração da realidade não podem ter como objetivo primeiro a busca de superar suas pretensões ideológicas, mas salvaguardar as condições favoráveis de manipulação mais objetiva; f) a “sombra da ideologia”, a imbricação com a prática, para além da teoria, isto é, a práxis do estudioso.

A abordagem da realidade social se faz por caminhos que o cientista irá perseguir na busca de apreender o objeto. É nisto que se constitui a metodologia.

“A ciência propõe captar e manipular a realidade assim como ela é. A metodologia desenvolve a preocupação em torno de como chegar a isto. É importante percebermos que a idéia que fazemos da realidade de certa maneira precede a idéia de como tratá-la. Nisto fica claro sua posição instrumental por quanto está a serviço da captação da realidade” (Demo, 1985, p. 20).

Então, pode-se notar que na construção do conhecimento científico, até sua prática específica, a questão da liberdade permeia ao ideário no “fazer ciência”, seja no aperfeiçoamento de suas técnicas ou na inquirição intelectual sobre a realidade.

O pesquisador, a ciência e a liberdade

As ciências humanas e sociais trazem um grau de complicação maior ao ideário da liberdade, pois dado à relação entre o sujeito e o objeto na pesquisa, podem ocasionar graus de comprometi-

mentos de sua realização, enquanto anseio social e condição política do pesquisador. É nisto que tem crescido a defesa da dita “neutralidade científica”, que conduz a uma “neutralidade política” como se isto fosse algo possível. Entendemos que o “fazer ciência” não pode ter um caráter partidário, mas também não pode ter um caráter pusilânime em que se lava as mãos para a realidade.

O papel do cientista humano/social, em busca de uma práxis libertadora, ou seja, edificadora da liberdade, passa por uma postura coerente sem negar estas dimensões as quais está submetido como parte da realidade estudada. É nisto que Demo ressalta:

“Políticos somos todos nós, pelo simples fato de ocuparmos uma posição qualquer na sociedade, dominante ou dominada. Não precisa ser posição partidária. O cientista social tem tal imbricação no próprio objeto de estudo, com o qual em última instância se identifica” (Demo, 1985, p. 19).

Seguramente estas posturas se definem e se amarram no processo de uma opção metodológica. A “neutralidade” não existe como tal, pois ela já se manifesta como uma posição política – uma ideologização – em encarar a realidade no seu “ser” (condição estática), mas não admite o seu “vir a ser” (estar na dinâmica histórica). Vê a situação, admite a conservação e é contra qualquer possibilidade de transformação. É uma visão a-histórica, comprometida com os poderes constituídos, acobertando uma postura que teme ser revelada. Por isto, constitui-se em postura que atua contra o exercício livre da ciência como instrumento para a construção de maior liberdade socioespacial.

Rever a liberdade em certas posturas é uma questão ética do pesquisador de ciências humanas/sociais; entretanto, mais que isto, deve ser uma resposta ao compromisso com aquela parcela anônima da sociedade que também lhe paga para mantê-lo como estudioso da realidade. Isto responderia para que servem nossas pesquisas e em que contexto político elas se inscrevem; ou ainda como ressaltou Lacoste (1988), para marcar esta postura o geógrafo em suas pesquisas, deveria recusar-se a dar a conhecer os resultados, quando concretamente as informações por ele oferecidas fossem servir para espoliar, expropriar ou arrasar a própria população pesquisada.

A questão metodológica no “fazer ciência”

A construção do procedimento metodológico em ciências humanas e sociais visa a operacionalização dos passos que se pretende desenvolver na análise e compreensão do objeto da pesquisa a ser investigado. Ao buscar esta apreensão numa visão crítica, as questões pautam-se na relação teoria-prática (e vice-versa), na dinâmica socioeconômica e política da problemática investigada. Nestes passos, a construção da pesquisa conduzirá o pesquisador ao engajamento na dinâmica dos processos investigados, o que numa resposta dialética o levará à tomada de posição, negando-se a “neutralidade” e posicionando-se também, enquanto estudioso, cidadão e sujeito político que é sem, contudo, perder o caráter de cientificidade do trabalho que desenvolve.

Aqui cabe, inicialmente, fazer uma distinção entre metodologia e método. A metodologia, como já vimos, refere-se aos procedimentos, a demonstração prática das “ferramentas” que usamos para operacionalizar a pesquisa.

O método refere-se ao caminho para se alcançar o objeto cognoscível. Reflete a maneira de reproduzir no pensar, o conteúdo apreendido do objeto, assim como da forma de retransmitir o conhecimento produzido. Nisto a operacionalização da pesquisa perpassa pela definição metodológica, dando conteúdo significativo aos procedimentos concretos e qualificando a coerência da proposta de pesquisa. A metodologia é o meio para chegar e abordar o objeto cognoscível, ao mesmo tempo em que o método é o caminho por onde este “meio” deve trilhar. O método segue

o caminho das dúvidas, em constante inquirição à realidade (Jiménez e Ramos, 1974), enquanto que a metodologia é formada pelos passos definidos para abordá-la.

Se há algum perigo ao emprego de um método, isto está nas concepções errôneas que às vezes são feitas na sua definição. Referimo-nos àquelas compreensões de que o método é um instrumento que deve se adequar às pesquisas conforme suas temáticas, ou seja, o “assunto a ser pesquisado” como o definidor do método. Assim, o método estaria sobre a pesquisa, sendo até equiparado a uma técnica. O pesquisador seria, então, apenas um especialista na aplicação de métodos, podendo ser dialético numa situação e positivista noutra. As condições em que o sujeito da pesquisa concebe a realidade, sua postura enquanto agente ativo é ignorada, sendo que tudo aquilo que o estudioso traz introspecto na sua concepção de mundo deve passar distante de sua produção intelectual. Nada é mais estático, antiquado e equivocado que esta forma de conceber o “fazer ciência”, que se fundamenta em posturas positivistas e neopositivistas, ainda difundidas hoje. Aí se busca constituir possibilidades de corroborar uma “neutralidade científica”, que já demonstramos ser uma conduta totalmente refutável para aqueles que concebem no seu “fazer ciência”, um instrumento de edificação de maior liberdade socioespacial.

Nossa visão aqui é que a opção pelo método envolve o domínio de técnicas no tocante ao tratamento do objeto, porém, estas devem estar em sintonia com o construto daquilo que é o objeto cognoscível. Todavia, estas técnicas devem ajudar a captar o cognoscível nas investigações do sujeito que pesquisa, não barrando o seu poder de raciocínio crítico e reflexivo. O método é apenas o “caminho”, ou ainda um meio e não o fim da pesquisa (o que consiste no conhecimento do objeto). Por isto é que se pode afirmar que o método diz respeito a fundamentos nos quais se apóiam as reflexões (Oliveira, 1998), mas o pesquisador é que as procede, ou melhor, o método é uma via pela qual acessamos a cognoscibilidade do objeto, mas é a inteligência, a reflexão que nos permite apreender os fatos, fenômenos ou processos que estão na realidade investigada (Cervo e Bervian, 1976).

O conhecimento do método é fundamental, tanto que Descartes, a séculos passados, já alertava para isto argumentando que ao desconhecê-lo, seria melhor que o estudioso renunciasse a qualquer busca da verdade. Porém, admitir que existe propriedade no objeto da pesquisa que por si só o determina (Rodríguez, Barrios e Fuentes, 1984) em ciências humanas/sociais, seria admitir a condição externa do pesquisador ao objeto de estudo, que na essência sempre se refere à sociedade (da qual ele também é parte). Ademais, a busca de uma singularidade ou unidade metodológica no início de uma pesquisa impede que a criatividade e o dinamismo do pesquisador possa aflorar. É preciso saber pensar a pesquisa, saber abordar o objeto cognoscível, mas há uma construção de raciocínios metodológicos que se processa antes e ao longo da execução da pesquisa, que não pode ser impedida por técnicas ou concepções que já trazem repostas prontas ao problema pesquisado.

Do ponto de vista que apresentamos a questão, parece-nos ser mais conveniente que, ao invés de buscar uma metodologia singular para a pesquisa, trabalhemos na perspectiva uma metodologia pluralista superando qualquer possibilidade de uma visão estática de quem acredita numa possível singularidade. Para Hegenberg (1976), se fundamentado em Paul Feyerabend, partindo desta tese é possível à adoção de várias teorias na busca de conhecer o objeto de estudo, mesmo que em certos casos se possam aparentar incompatíveis.

A pesquisa é, em si, o principal campo de aprendizagem do próprio método. Nela é que o pesquisador se sobressairá a partir de seu engajamento, da sua experiência e capacidade em desenhar o “caminho” para melhor apreender o objeto e restituí-lo na sua investigação como conhecimento produzido. Nisto, é preciso que se tenha clareza que ao repensar o método, este é também produto daquilo que está interpenetrado no caráter, na personalidade, ou melhor, na “alma” do

estudioso que na “ânsia” do conhecimento traz para sua prática a condição de sujeito social, no seu envolvimento político e no reconstruir do projeto social em que almeja ao “seu fazer ciência”, para a sociedade que o investe de tal condição. Se pretendermos compreender o objeto no livre e pleno exercício de nossa atividade científica, “devemos recorrer a todas as idéias, todos os métodos e não apenas a reduzido número deles” (Feyerabend, 1989, p, 462).

Assim, podemos concluir que “conhecer algo varia segundo as associações mentais e *materiais* e depende sempre do universo cognitivo do sujeito cognoscente” (Barros e Lehfeld, 1991, p.32, grifo nosso). Ao estudioso, iniciante ou experiente, sua atividade será mais instrumento de liberdade social quando conceber sua práxis nesta relação e não deixar se envolver por qualquer ideologização.

Geografia e liberdade

Partindo das considerações sobre a questão metodológica nas ciências humanas/sociais, nesta parte apresentaremos alguns pontos que nos permitam refletir sobre o papel da Geografia diante da questão da liberdade no âmbito do conceito de espaço. Para iniciar, partiremos de duas indagações básicas: Quais as relações entre os conceitos de espaço e liberdade no âmbito da Geografia? Como que a busca pela liberdade social se apresenta frente ao objeto da Geografia?

Do ponto de vista de uma compreensão metodológica, o espaço contém e está contido em outras instâncias da sociedade, como na economia, na cultural, na política e na ideologia. Nisto a essência do espaço é social. A vida da sociedade é dada pelos processos sociais que se reproduzem em seu cotidiano. Assim, no conjunto que se apresenta na realidade social o espaço geográfico será a soma da configuração geográfica das diversas instâncias, processos sociais e da sociedade na dinâmica reprodutiva que os envolvem. Aí, “como as formas geográficas contém frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdos” (Santos, 1985, p. 2). Então, compreende-se que há uma dinâmica em que as formas estão sempre sendo alteradas, num movimento que produz novas dimensões aos conteúdos. Este movimento dialético que aparece somado nos espaços é também um movimento da totalidade social que se revela através da realidade possuindo não só dimensões sociais e temporais, mas também espaciais.

Neste sentido, pode-se entender que “o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (Santos, 1985, p.5). Partindo destes pressupostos, podemos agora traçar linhas que permitam-nos ver a relação entre espaço e liberdade, enquanto um problema implícito que pode aparecer no discurso e na investigação geográfica.

Sendo o espaço uma instância que contém todos os processos sociais em suas dinâmicas, relações e contradições, constitui-se no palco privilegiado para a realização das lutas e ansiedades humanas/sociais. Compreende-se então que a reprodução do social, também é uma reprodução do espacial considerado em sua dinâmica e localização². Neste sentido, podemos dizer que o conflito pela liberdade, aí também se situa no âmbito dos conflitos maiores da reprodução das relações que produzem e são produzidas pela sociedade.

Assim, concebendo o objeto de estudo da Geografia como a reprodução de relações de produção formadora do espaço geográfico que é, por excelência o *locus* para reprodução da sociedade, o espaço é uma categoria fundamental para a plena materialização desses processos. O espaço geográfico se constitui por uma realidade objetiva como produto social que se põe em constantes transformações, como localização real para a sociedade operar (Cf. Santos, 1982, 1985). Então aí,

2. Conforme Santos (1985, p.2), deve-se distinguir localização de lugar. Os lugares podem ser os mesmos, as localizações mudam-se. O lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um “feixe de forças sociais se exercendo em um lugar”.

a busca pela liberdade social se refere à luta contra a miséria, as injustiças, a exploração e outros males sociais que atingem nossa sociedade. E sendo a geografia um saber estratégico e perigoso a serviço do poder (Lacoste, 1988), caberá ao sujeito que faz esta ciência colocar seu instrumental como objeto capaz de abrir novas possibilidades objetivas de transformações qualitativas da realidade que vive.

Portanto, a liberdade se insere no objeto da pesquisa geográfica, no momento em que concebemos a produção dos processos sociais e espaciais como inacabados, incompletos e passíveis de transformações. Isto nos permite entender que, apesar dos limites impostos pela superestrutura socioeconômica e política ao exercício pleno da liberdade e da própria relatividade deste conceito, enquanto sujeitos sociais, podemos projetar possíveis transformações a partir de conhecimentos que estrategicamente, também deverá servir para libertar.

A liberdade, apesar de limitada e relativa, é inerente ao homem como sujeito ativo, transformador e criador de espaços. As dimensões que fogem do real, materializada como anseios não realizados, sobrevivem nas lutas por transformações ou conquistas sociais. O caminho para isto, no discurso geográfico, é manter a cientificidade das pesquisas sem perder a dimensão política, com o compromisso de colocar o “produto das pesquisas” a favor da própria sociedade que se constitui, na essência, a dimensão ativa de nossos objetos pesquisados.

Considerações finais

Aqui, após as considerações feitas, cabe apenas salientar que a liberdade, enquanto anseio social numa sociedade de valores liberais, é limitado e parcial, é uma liberdade de direito, mas não de fato, como ressaltou Prado Jr. (1980). É nisto que se encaixa seu sentido, quando podemos usá-la no direito a contestar suas limitações e de pensarmos outra sociedade, projetando-a noutros ideais e valores sociais, econômicos, políticos e morais – aí estará a dimensão da construção de uma nova utopia social, ou melhor, socioespacial. Então acreditamos haver uma dimensão revolucionária na liberdade de contestar e lutar, que reside no sentido da busca ou construção de ser mais livre e projetando-se de escalas geográficas diversas para além de qualquer estrutura pré-concebida, como se pode notar em vários processos desencadeados por trabalhadores organizados.

Por final, agora não iremos além disto. Para não concluir estas questões, deixaremos que a liberdade de pensar de cada um flua livremente ou conclusivamente.

Referências bibliográficas

- BARROS, Aidil de Jesus P. de; LEHFELD, Neide A. de Souza. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1990.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica, para uso dos estudantes universitários*. Rio de Janeiro: McGraw-hill, 1976.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- HEGENGERG, Leônidas. *Etapas da investigação científica*. São Paulo: EDUSP, 1976. v. 2.

- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. 8.ed. Coimbra: Armédio Amado, 1987.
- HUISMAN, Denis; VERGEZ, André. *Curso moderno de Filosofia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.
- JIMÉNEZ, Alfredo T.; RAMOS, Alberto G. *Teoria, Métodos y técnicas en la investigación social*. La Habana: Cultura Popular, 1974.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRADO Jr., C. *O que é liberdade: capitalismo x socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RODRÍGUEZ, Francisco J.; BARRIOS, Irina; FUENTES, Maria Teresa. *Introducción a la metodología de las investigaciones sociales*. La Habana: Política, 1984.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Espaço e sociedade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

